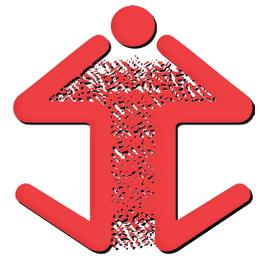


EDUCação

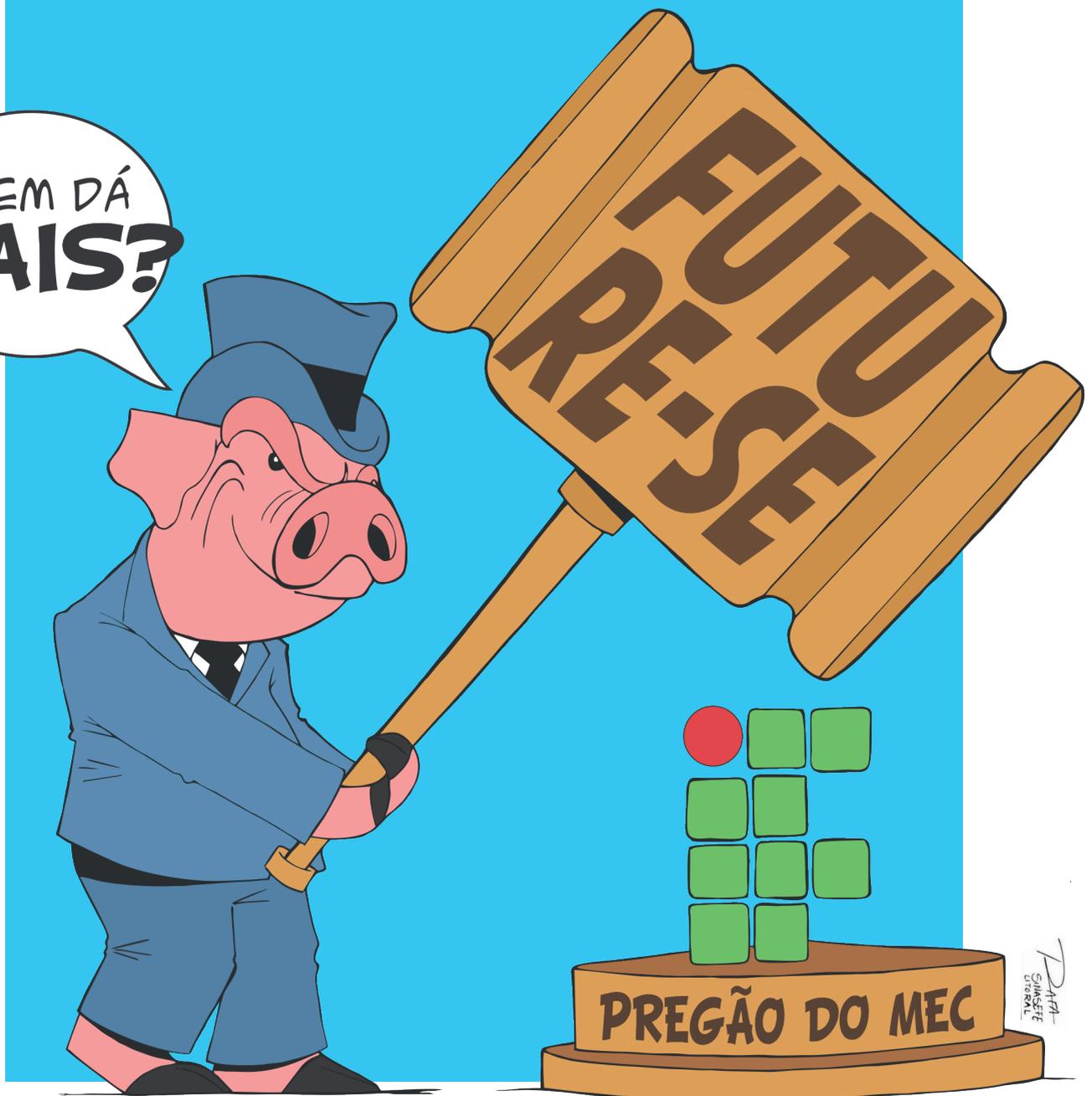


boletim informativo do sinasefe litoral agosto/setembro 2019
seção do sindicato nacional dos servidores federais da educação básica, profissional e tecnológica

EDUCAÇÃO A LEILÃO

'Future-se' quer retirar do governo responsabilidade por financiamento e terceirizar gestão dos Institutos, modelos de educação do país p3

QUEM DÁ
MAIS?



2019
SINASEFE
LITORAL

agenda sindical

setembro
07 e 08Curso "Como
Funciona a Sociedade"
- Módulos I e II

Curso ocorre em **Blumenau** e tem **inscrições abertas até 29 de agosto. Vagas limitadas!**

Com o objetivo de contribuir na formação política de seus sindicalizados, a Seção Litoral convida para participação no curso "Como Funciona a Sociedade" (módulos I e II). O curso busca aproximar seus participantes de conceitos que permitem conhecer a sociedade capitalista, como o mercado e o valor das mercadorias, a força de trabalho como mercadoria, o salário e a produção do valor excedente, o processo de exploração e a acumulação de capital, bem como a relação entre as classes neste sistema. Serão oferecidos os módulos I e II do curso (o módulo II é para aqueles que já participaram do primeiro módulo). Confira o formulário *online* para inscrição e **mais informações sobre o curso em: bit.ly/cfs19sl.**

Ajuda de custo

Os filiados à Seção que participarem do evento poderão solicitar ajuda de custo para cobertura com gastos com alimentação, hospedagem e deslocamento (caso venham de fora de Blumenau).

que direção?

O governo Bolsonaro avança no processo de destruição da educação pública. Os recorrentes bloqueios orçamentários e o anúncio do Future-se mostram um projeto de entrega da educação, em todos os níveis, para o setor privado. Em meio a isso, as direções sindicais parecem estar em estado de dormência, sem organizar uma efetiva luta.

O governo saiu vitorioso em seu primeiro grande embate, ainda que bastante desgastado. O texto originalmente apresentado da Reforma da Previdência, que previa colocar as aposentadorias em um sistema de capitalização, foi modificado. Além de mudança no texto original, uma grande parte dos parlamentares condicionou o seu voto à liberação de emendas parlamentares.

Os recorrentes bloqueios orçamentários e o anúncio do Future-se mostram um projeto de entrega da educação, em todos os níveis, para o setor privado.

Bolsonaro também segue seu combate à Educação. O Future-se significa a reestruturação da educação superior, passando o controle de parte de suas atividades para a iniciativa privada. As instituições de ensino estariam voltadas à realização de produtos vendáveis, em estreita parceria com empresas,

que direcionariam a produção de pesquisa para o atendimento de seus interesses.

O Future-se nada mais é do que a consolidação e o aprofundamento do que já está em andamento. Como lembraram as declarações da maior parte dos reitores, o processo de construção de acordos com empresas e de escoamento do conhecimento para a venda de produtos está em andamento há muito tempo. Curiosamente muitos destes reitores parecem se orgulhar de ter aberto as portas de suas instituições para a privatização, travestindo essas ações numa propaganda de "inovação" e "empreendedorismo".

Nesse processo de ataques, as direções sindicais pouco fizeram. Embora tenham sido chamados atos e mobilizações, não se construiu pela base uma grande greve geral. As principais direções dos trabalhadores estão limitadas à esperança de que o parlamento possa ser um espaço de disputa.

Em meio ao imobilismo dos sindicatos, a previdência pública vai sendo destruída e a educação fica cada vez mais distante da maior parte da população. Permanece viva a necessidade de construir uma ampla greve geral, para barrar os ataques de Bolsonaro e derrubar seu governo. ✘

EDUC»ação, o boletim informativo do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Seção Litoral SC. Representante dos docentes e técnico-administrativos em educação das unidades Araquari, Blumenau (Campus e Reitoria), Brusque, Camboriú, São Bento do Sul e São Francisco do Sul do Instituto Federal Catarinense.

**BIÊNIO 2017-2019
VOZES EM LUTA**

Coordenação Geral Rubia Sagaz e Frederico Andres Bazana
Secretaria Geral Luciana Colussi | **Tesoureira Geral** Flávia Walter (Suplente - Luí Fellippe Mollossi) | **Comunicação e Formação Política e Sindical** João Cichaczewski (Michel Silva)

Assuntos Legislativos e Jurídicos Mario Ferreira (Joseane Kammer) | **Pessoal** Jorge dos Santos (Eddy Eltermann) | **Representação Unidades Araquari/SFS/SBS** Patricia Bomfanti (Priscila Cardoso) | **Brusque/Camboriú** Evandina da Silva (Alessandro Becker) | **Reitoria/Blumenau** Marco Antonio dos Santos (Mariéli Bitencourt)

SINASEFE Litoral Rua Pedro H. Amorim, 169, ap 101. Centro, Camboriú - SC. ☎ sinasefe-ifc.org/litoral ☎ 47 3365-1982

✉ coordenalitoral@sinasefe-ifc.org | secretaria@sinasefe-ifc.org | comunicacionalitoral@sinasefe-ifc.org | [f/sinasefelitoral](https://www.facebook.com/sinasefelitoral)

Jornalista responsável João Moura MTB 17324/RS **Fechamento e tiragem desta edição** 05/08/19 | 500

DOU-LHE UMA... DOU-LHE DUAS...

Repasso de espaços físicos, gestão terceirizada e até prédios com nomes de empresas: "Future-se" escancarou vontade de por fim ao modelo de educação dos IFs, referência no país.

"Se algo se parece com um pato, snada como um pato e grasna como um pato, provavelmente é um pato". Uma antiga frase feita pode nos ajudar a entender o que significa o programa "Future-se" apresentado pelo governo Bolsonaro em julho deste ano - se pode entregar espaços físicos a entidades privadas, se pode ser gerida por entidades privadas e se pode até receber o nome de entidades privadas provavelmente o programa é a privatização velada das instituições públicas de ensino.

Apresentado como uma grande inovação pelo ministro Abraham Weintraub (o mesmo autor de "universidades são locais de balbúrdia"), o programa Future-se vem sendo criticado por sua visão privatista e ao mesmo tempo simplória do que representam os Institutos e Universidades Federais do país.

Em resumo, o Future-se altera diversas leis para, em tese, fortalecer a "autonomia financeira das universidades e institutos federais, por meio do fomento à captação de recursos próprios e da autorização para contratualização com uma Organização Social", segundo material divulgado pelo Ministério da Educação.

São, portanto, dois objetivos complementares: captar recursos e iniciar "parcerias" com Organizações Sociais, as OSs. Seguindo a realidade atual brasileira, a maior parte destes recursos viriam do repasse e mesmo da doação de propriedades dessas instituições para as OSs. Essas organizações, por sua vez, passariam a ter papel preponderante na gestão destas instituições e poderiam até mesmo colocar os espaços antes públicos como garantias em fundos de investimento em ações

na bolsa de valores.

O programa, em boa parte genérico em seus termos, permite que as OSs assumam a tomada de decisões em diferentes níveis de gestão das instituições - incluindo a execução de seus planos de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, incentiva a 'competitividade' entre departamentos na busca por recursos financeiros externos e que a pesquisa seja feita sob o critério único da lucratividade.

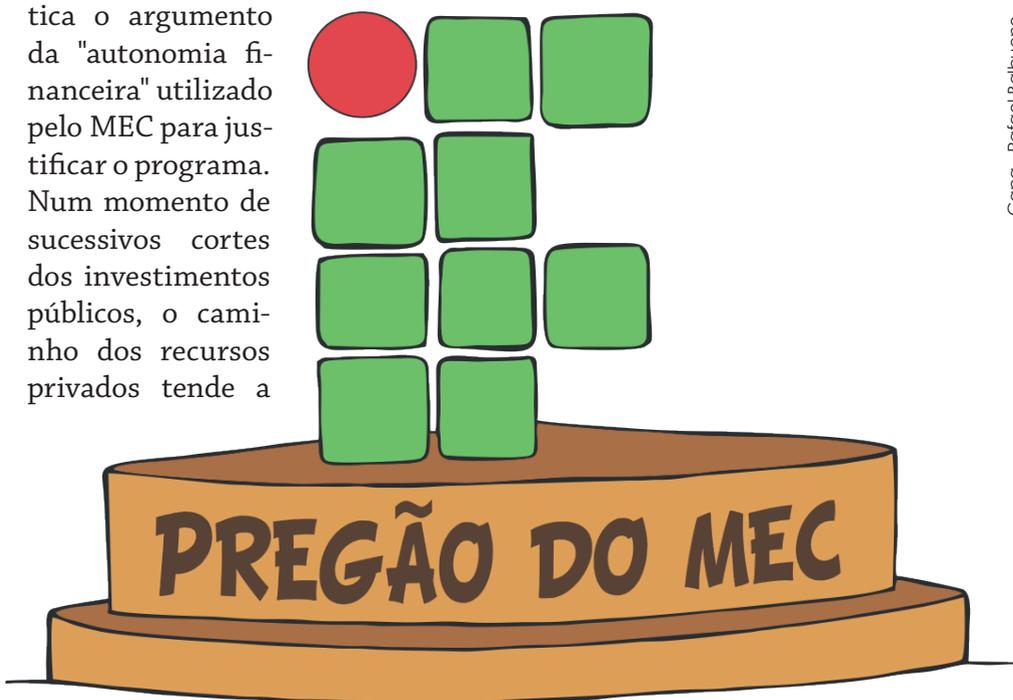
Para Fábio Bezerra, professor do CEFET-MG e mestre em Educação Profissional e Tecnológica, o estabelecimento de um critério mercadológico para a pesquisa e a extensão das instituições tende a colocar questões sociais, ambientais e temáticas dos Direitos Humanos que não tenham fins lucrativos em 2º ou 3º plano. Ou pior, tais pesquisas podem, a médio prazo, não existirem mais "por falta total de interesse privado em financiar tais projetos e programas".

Bezerra critica o argumento da "autonomia financeira" utilizado pelo MEC para justificar o programa. Num momento de sucessivos cortes dos investimentos públicos, o caminho dos recursos privados tende a

colocar cursos que atendam outros interesses que não do lucro em uma posição de "descarte" ou, no futuro, na posição de que só poderiam seguir existindo mediante cobrança de mensalidade. "Talvez isso não ocorra agora, mas a médio prazo essa sem sombra de dúvidas será uma das 'saídas' que o Governo de Plantão apresentará à comunidade acadêmica e à sociedade", afirma.

Não por acaso, a proposta já ganhou nas redes sociais o apelido de "Future-se", por sua imposição da busca de valores unicamente mercadológicos em espaços que deveriam servir para a expansão das múltiplas formas do saber.

Sua visão simplória do que significa a pesquisa científica também vem sendo criticada. Conforme Allan Kenji, doutorando em Educação da UFSC, afirma em entrevista ao Portal EPSJV, da Fundação Fio-cruz, a submissão do ensino superior e da pesquisa aos interesses »



privados traz riscos à chamada "pesquisa de base", aquela que pode não ter um retorno econômico imediato, mas representar avanços significativos no futuro. Kenji cita como exemplo a internet 5G, que significará um acréscimo de velocidade e qualidade de sinal ímpar na história das comunicações: "Para chegar à tecnologia do 5G foi necessário um conjunto de pesquisas desenvolvidas na China em áreas como transmissão de ondas e comportamento de partículas que não tinham resultado econômico imediato", afirma.

Para ele, além de pesquisas na área de humanas e sociais, onde é mais difícil mensurar retornos econômicos, a proposta do Future-se "ameaça também o desenvolvimento científico em áreas estratégicas, como o desenvolvimento de saté-

lites, telecomunicações, medicina, entre outras, que dependem de muita pesquisa de base".

Quanto à autonomia universitária, o maior risco estaria que no futuro as OSs passem a controlar até mesmo a completa gestão de ensino, pesquisa e extensão das instituições. Se no momento isso não parece dado, uma das últimas mudanças de legislação propostas pelo Future-se apresenta uma pista do que o programa prega como 'o futuro'.

Depois de assumir a gestão de boa parte dos Hospitais Universitários sob a promessa de manter sua estrutura vinculada exclusivamente ao SUS, a EBSEH, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, teria sua lei alterada pelo Future-se em

dois parágrafos: no primeiro deles suprime-se a exclusividade do atendimento via SUS. No segundo, afirma categoricamente que "os hospitais universitários poderão aceitar convênios de planos privados de assistência à saúde".

Para quem duvida do que a entrada das OSs possa significar, Weintraub, o ministro por trás do plano, deixa tudo mais claro em entrevista ao Portal UOL em julho deste ano. Perguntado se o programa poderia permitir a contratação de pessoal via CLT a partir da vinculação com as Organizações Sociais, o ministro afirma: "[Se eu] Quero contratar uma pessoa via CLT. A OS permite fazer isso, como o modelo da Ebserh permite fazer isso". X

Confira a íntegra da entrevista com Fábio Bezerra em bit.ly/ent8sl

cortes

Sem verba, Campus São Chico corta subsídio para almoço de estudantes

Unidade viu seu orçamento de custeio diminuir em mais de R\$600 mil neste ano, cerca de 40% do valor previsto

Desde a segunda semana de agosto, os estudantes do Campus São Francisco do Sul não contam mais com uma ajuda importante para manterem os estudos em dois turnos. Sem verba, o campus cortou o fornecimento de subsídios para alimentação no restaurante terceirizado dentro da unidade.

Agora, os 330 estudantes de ensino médio que contavam com o auxílio terão que pagar pelo almoço no mesmo local – ao valor de R\$8, ou se deslocarem do Campus – numa região afastada mais de 12 km do centro da cidade, para realizarem suas refeições diariamente.

A medida é a última de uma série de economias tentadas pela Direção do Campus diante dos seguidos contingenciamentos e cortes de verba.

De 2018 para 2019, a verba de custeio (gastos com limpeza, segurança, eletricidade, etc.) já havia sido

diminuída em cem mil reais. Com o corte anunciado em abril deste ano seriam ainda mais R\$650 mil, deixando o Campus com R\$1 milhão.

O Diretor Geral Pro Tempore do Campus, Amir Tauille, explica que os contingenciamentos vem de longa data e ocasionaram diversas mudanças nos serviços de manutenção. Mes-

mo assim, a questão da alimentação dos alunos passou a ser a bola da vez diante de uma conta que seguia sem fechar: "tudo que estava ao nosso alcance a gente fez. E aí ou a gente não pagava o almoço ou a gente parava de funcionar agora entre setembro e outubro", afirma Tauille. X

Confira esta reportagem completa em nosso site!

